



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3346 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 08 - Formação de Professores

Trabalhar pela carreira docente no Brasil
Frederico Guilherme Campos de França - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O objetivo do artigo é fazer uma análise de trabalho e carreira docente no Brasil diante das ideias neoliberais no país nas últimas décadas. Um dos pontos cruciais é a gestão do orçamento público. Os discursos hegemônicos defendem a subsunção do Estado ao mercado. Dados do governo brasileiro apontam o quão falaciosas podem ser as afirmações divulgadas pela grande mídia e outros meios que servem às classes hegemônicas. Utiliza-se como base teórica, Marx (2004), Hypolito (2005; 2011), Frigotto (2010) e a perspectiva de Gramsci (2006) sobre hegemonia, com análises buscando a totalidade dos fenômenos, a essência não óbvia a um primeiro olhar. São apresentados dados do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2018) a respeito do orçamento nacional. A síntese das reflexões permite perceber que a carreira docente e tudo que lhe é pertinente, enfrenta, além de grandes desafios conceituais e epistemológicos, a oposição do Estado brasileiro cada vez mais englobado por interesses privados nacionais e internacionais, onde a valorização do magistério tão almejada pelos diversos discursos, não tem lugar na pauta neoliberal. Não se envolver qualquer tipo de aumento de despesas aos cofres públicos.

Palavras – chave: Trabalho. Trabalho docente. Professores.

TRABALHAR PELA CARREIRA DOCENTE NO BRASIL

Resumo

O objetivo do artigo é fazer uma análise de trabalho e carreira docente no Brasil diante das ideias neoliberais no país nas últimas décadas. Um dos pontos cruciais é a gestão do orçamento público. Os discursos hegemônicos defendem a subsunção do Estado ao mercado. Dados do governo brasileiro apontam o quão falaciosas podem ser as afirmações divulgadas pela grande mídia e outros meios que servem às classes hegemônicas. Utiliza-se como base teórica, Marx (2004), Hypolito (2005; 2011), Frigotto (2010) e a perspectiva de Gramsci (2006) sobre hegemonia, com análises buscando a totalidade dos fenômenos, a essência não óbvia a um primeiro olhar. São apresentados dados do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2018) a respeito do orçamento nacional. A síntese das reflexões permite perceber que a carreira docente e tudo que lhe é pertinente, enfrenta, além de grandes desafios conceituais e epistemológicos, a oposição do Estado brasileiro cada vez mais englobado por interesses privados nacionais e internacionais, onde a valorização do magistério tão almejada pelos diversos discursos, não tem lugar na pauta neoliberal. Não se envolver qualquer tipo de aumento de despesas aos cofres públicos.

Palavras – chave: Trabalho. Trabalho docente. Professores.

1 SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL

O magistério é atividade que interage com milhões de pessoas, de maneira direta – na figura

dos professores e alunos no interior das escolas – e de maneira indireta com o pessoal de apoio e gestão escolar, famílias dos envolvidos, governo, mercado de trabalho e interessados dos meios políticos e econômicos. Esse fato faz da educação setor de alta convergência de interesses diversos na sociedade. Ainda assim, um sujeito desse cenário complexo e contraditório é cada vez mais alijado das discussões a respeito da organização da educação no Brasil: - o professor. E como ele, suas demandas profissionais também são relegadas a um nível secundário. Contradições são abundantes e multifacetadas. São parte do capitalismo. “O Estado enquanto gestor econômico e político do capital monopolista em seu conjunto, depara-se com a contradição que transcende ele mesmo, porquanto é inerente à forma social de organização da produção capitalista e à luta de classe que engendra” (FRIGOTTO, 2010, p.184). Discursos políticos, gerenciais e do senso comum defendem a importância de se reconhecer, incentivar e valorizar o magistério. Na prática, o professor tem seu trabalho cada vez mais precarizado e desvalorizado. Compreender e definir que tipo de trabalho o professor realiza, seu papel na estrutura de classes do capitalismo e desenvolver um estatuto profissional que garanta as bases para a consolidação de uma carreira para a profissão docente, é importante ao se analisar o tema trabalho.

Debatia-se, então [final dos anos de 1980], se os professores e as professoras realizavam um trabalho produtivo ou improdutivo ou, em outras palavras, se a natureza do trabalho que realizavam era capitalista ou não, e se pertenciam, como grupo social, à classe trabalhadora ou à classe média, como tradicionalmente haviam sido considerados até então por estudos sociológicos clássicos (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005, p.48).

A penetração do neoliberalismo na educação brasileira acontece em ritmo mais acentuado, desde o final dos anos de 1970. Discussões sobre o Estado nessa perspectiva, se concentram nos setores do orçamento público que mais consomem verbas e de maior alcance popular. A educação é uma pasta de orçamento muito grande. Interesses de se remanejar verbas no Estado brasileiro miram pastas de grande orçamento. Reformular destinações orçamentárias e alterar percentuais de verbas garantidas pela legislação, não é simples e imediato. As reformas do Estado são usadas para criar bases ideológicas que consigam o consentimento popular para alterações das leis e redirecionamento das verbas. Disputas pelos recursos, envolvem setores da política partidária, classe empresarial, mercado internacional e outros grupos da sociedade civil organizada.

A educação e outros serviços públicos, como saúde e transportes, são um alvo privilegiado para o mercado. Mas esta expansão não se refere apenas à transformação de serviços em mercadorias, mas se refere também às formas de administração e de mercantilização dos serviços. Isso significa que passa a ser importante transferir serviços para o setor privado, indiretamente – como o aumento da oferta de matrículas escolares por instituições privadas (ensino superior) –, assim como, de forma mais direta, pela terceirização de serviços complementares – limpeza, setores administrativos – e de serviços cruciais, como aquisição de materiais e métodos de ensino, e até mesmo ofertas mistas (público/privadas), como se pode ver em alguns casos da Educação a Distância (HYPOLITO, 2011, p.4).

A defesa do Estado mínimo, que requer um Estado máximo para proteger o livre mercado e forte para assegurar a infraestrutura básica, deu-se de forma mais visível durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), chefiado por Luís Carlos Bresser Pereira, foi claro quanto aos seus objetivos. O próprio ministro citado, produziu extenso material acadêmico sobre o papel do Estado, segundo suas convicções.

Na década de 80, logo depois da eclosão da crise de endividamento internacional, o tema que prendeu a atenção de políticos e elaboradores de políticas públicas em todo o mundo foi o ajuste estrutural ou, em termos mais analíticos, o ajuste fiscal e as reformas orientadas para o mercado. Nos anos 90, embora o ajuste estrutural permaneça entre os principais objetivos, a ênfase deslocou-se para a reforma do Estado, particularmente para a reforma administrativa. A questão central hoje é como reconstruir o Estado - como redefinir um novo Estado em um mundo globalizado (BRESSER PEREIRA, 1998, p.21).

Admite-se uma crise de endividamento internacional mas, nem naquele momento e nem hoje, tal situação é tomada como central nas discussões sobre finanças públicas pela política hegemônica do país. O ex-ministro deixa claro que ajuste fiscal e reformas são orientadas para o mercado. Não discute mazelas históricas da sociedade brasileira ou as desigualdades sociais e suas consequências. O trabalho docente vive em meio a essa lógica: - um Brasil que deve se adequar aos ditames do mercado; que tem uma máquina pública gigantesca, onerosa e ineficaz; economia vigorosa mas gestão arcaica. A solução neoliberal é o mercado. É o redentor e único ente capaz de estabelecer as bases para a administração pública eficiente. Na perspectiva de produtividade, redução de custos e racionalidade, de modo que o Estado se retire dos setores que o mercado pode cuidar. Cabendo ao Estado, regular e fiscalizar as relações do mercado com a sociedade e garantir harmonia e segurança jurídica para todos. O Estado brasileiro precisaria, e ainda precisa, segundo grande parte da nossa classe política, ser reformado profundamente.

[...] propus que a reforma administrativa fosse incluída entre as reformas constitucionais já definidas como prioritárias pelo novo governo - reforma fiscal, reforma da previdência social e a eliminação dos monopólios estatais. E afirmei que para podermos ter uma administração pública moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competitivo em que vivemos, seria necessário flexibilizar o estatuto da estabilidade dos servidores públicos de forma a aproximar os mercados de trabalho público e privado. A reação imediata dos funcionários civis, dos intelectuais e da imprensa, foi fortemente negativa. [...] Passados alguns meses, contudo, o apoio surgiu, a partir dos governadores estaduais, prefeitos, empresários, imprensa e, finalmente, da opinião pública. De repente, a reforma passava a ser vista como necessidade crucial, não apenas interna, mas exigida também pelos investidores estrangeiros e pelas agências financeiras multilaterais (Ibdem, p. 22).

O que era dito na década de 1990 é ainda bastante atual. Mesmo com as reformas previdenciárias e fiscais que foram feitas desde então, diversas privatizações e retiradas de direitos trabalhistas nos setores públicos e privados, o discurso governamental continua pelo enxugamento da máquina pública, diminuição do Estado com reformas e ajustes inadiáveis. Ou, o colapso será inevitável.

Setores que comandam o capital preocupam-se em articular teorias que deem suporte técnico e ideológico para manter sob controle grupos que possuam potencial para intensificar a luta contra eles. Nesse campo de luta contra hegemônica, estão os professores. Teorias liberais e neoliberais, concretizadas em planos de governo e políticas públicas, buscam neutralizar possíveis focos de resistência. E a carreira almejada pelos professores (com formação continuada, salários altos, benefícios, jornada menor, diminuição de número de alunos por sala, etc.) fica cada vez mais distante.

2 UM ROMBO CLARO NO ORÇAMENTO

No Estado gerencialista que se quer no Brasil, o orçamento público é o mote para mascarar incompetências administrativas. No Projeto de Lei Orçamentária para 2018, temos alguns dados que permitem vermos os quantitativos de verbas e destinações e, sobretudo, percebermos quais são os reais problemas do chamado “rombo nas contas públicas”.

Tabela – Orçamento Público 2018

Área de atuação do governo	Bilhões de reais	%
Administração	R\$ 29,0	0,81
Agricultura	R\$ 29,4	0,82
Assistência social	R\$ 82,1	2,30
Ciência e Tecnologia	R\$ 5,5	0,15
Comunicação	R\$ 1,3	0,04
Cultura	R\$ 1,7	0,05
Defesa Nacional	R\$ 63,1	1,77
Desporto e Lazer	R\$ 0,4	0,01
Direitos da Cidadania	R\$ 1,3	0,04
Educação	R\$ 105,4	2,95
Encargos Especiais	R\$ 2.200,0	61,62
Energia	R\$ 1,9	0,05
Essencial à Justiça	R\$ 7,5	0,21
Gestão Ambiental	R\$ 2,4	0,07
Industrial, Comércio e Serviços	R\$ 6,4	0,18
Judiciária	R\$ 37,3	1,04
Legislativa	R\$ 8,1	0,23
Organização Agrária	R\$ 2,3	0,06
Previdência Social	R\$ 691,1	19,36
Relações Exteriores	R\$ 2,3	0,06
Reserva de Contingência	R\$ 65,6	1,84
Saneamento	R\$ 16,5	0,46

Saúde	R\$	114,6	3,21
Segurança Pública	R\$	8,3	0,23
Trabalho	R\$	79,3	2,22
Transporte	R\$	6,2	0,17
Urbanismo	R\$	1,2	0,03
Total	R\$	3.570,2	100

Fonte: Brasil (2018), grifos nossos, adaptado pelo autor.

Mais de 60% do orçamento anual do Brasil (previsto para 2018 em mais de três trilhões e quinhentos bilhões de reais) destinados para o pagamento de *Encargos Especiais*. O próprio documento do governo esclarece o que são tais encargos: “Engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações, subsídios, subvenções e outras afins” (BRASIL, 2018). Ou seja, rumam para o capital financeiro com ênfase no pagamento das dívidas internas e externa.

O neoliberalismo vem se figurando como resposta para os problemas brasileiros. A educação ocupa lugar de destaque nas análises neoliberais. Reconhecem os professores como executores *in loco* de políticas que se quer tornar consentidas e naturalizadas pela opinião pública. Num movimento contraditório, os professores brasileiros se veem diante de tentativas de cerceamento das suas ações, precarização, intensificação e desvalorização do seu trabalho.

O objetivo de toda reforma, e isso não escapa das reformas neoliberais, é obter o controle efetivo na sala de aula. Este controle não é mais realizado com supervisoras cotidianamente fiscalizando o trabalho docente, mas é efetivado na escola com uma vigilância externa, via controle curricular e gerencial. Os exames padronizados, os sistemas de avaliação e os índices de desempenho regulam o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado (HYPÓLITO, 2011, p.15).

Formação e atuação dos professores ficam subsumidas aos interesses hegemônicos no Estado brasileiro. O trabalho docente ainda tem resistido. Trava, a duras penas, sua luta contra hegemônica. Mas, há um problema que é obstáculo para um maior desenvolvimento da profissão docente: - a definição sobre quem é o professor no mundo capitalista. Ele pertence ao proletariado? É membro da burguesia? Afinal, ele é um profissional, ele trabalha? E que tipo de trabalho realiza? Essas indagações retardam a consolidação de um estatuto profissional e a construção de uma carreira do magistério, a nível nacional. Nesse quadro de discussões e divergências, a questão do trabalho docente é apropriada pelas classes dirigentes, colocando o assunto na perspectiva gerencial e a serviço do capital.

A tendência do trabalho estar mais submetido a formas de produção imaterial faz com que as formas capitalistas de produção submetidas à subordinação formal ao capital sejam definitivamente subsumidas de forma real. O fato de que a produção industrial não esteja mais no centro da produção e que, mesmo nesses setores, a produção imaterial passa a ser muito influente, faz com que o trabalho imaterial seja submetido ao capital de maneira superlativa. Nesse sentido, todas as formas de trabalho imaterial ficam cada vez mais integradas às formas de acumulação ampliada. A escola, como local de produção imaterial, antes pouco submetida a relações capitalistas está cada vez mais integrada a relações comerciais, mercadológicas, de quase-mercado. Desempenhando um papel cada vez menos secundário no processo de acumulação (HYPÓLITO, 2011, p. 12).

Por outro lado, análises marxianas sobre a categoria trabalho e suas formas, deixa o trabalho docente em posição de fragilidade quanto ao seu real tipo. Trabalho imaterial, trabalho intelectual, trabalho improdutivo... Debates a respeito do que é desempenhado pelo professorado, trazem consigo uma indefinição favorável à permanências de ações inferiorizantes e banalizadoras do trabalho docente. A confusão gerada entre os próprios professores decorrente dessa indefinição, provoca a pulverização de opiniões subjetivas sobre o que significa ser professor. Antes mesmo da definição de que tipo de trabalho executam, correm risco de alienação.

Com a valorização do mundo das coisas aumenta a proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...] o seu produto se lhe defronta como um ser estranho com um poder independente do produtor. O produto do trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e a servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação (MARX, 2004, p.80).

Persiste o ideário na sociedade de que ser professor requer um dom especial para a atividade. Essa visão se desdobra em um panorama mais concreto, visível durante greve de professores, onde os meios de comunicação, normalmente, veiculam a pertinência das reivindicações dos docentes mas, devido à nobreza de sua função, deixar os alunos sem aulas e não levar em conta a exiguidade do

orçamento público deficitário em busca de melhorias salariais é um ato de mercenarismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tentativas de suprir as demandas dos trabalhadores, incluindo os professores, tem sido bloqueadas por discursos oficiais da limitação de recursos para atendimentos de causas sociais e trabalhistas nesse ambiente de crise (que pode ser lida como submissão e fidelidade às transferências do orçamento público para setores privados interno e externo). Para os trabalhadores do país, onde incluímos os professores, resta a culpabilização pela crise. Assistimos há décadas, discursos sobre o poder destrutivo que o aumento salarial têm sobre as contas públicas. Cresce a alegação de que a previdência social é um problema crônico e que quem se aposenta gera prejuízos para toda a nação. Divulga-se a ideia liberal de que, para garantir a eficiência das finanças públicas, todos os cidadãos têm que oferecer sacrifícios pessoais. Que é preciso deixar o “bolo crescer” primeiro, para depois proceder a justa distribuição de sua substância. Nesse contexto, o trabalho docente não obtém lugar relevante no disputado orçamento brasileiro.

Sem consenso sobre a natureza da profissão docente, as ideologias hegemônicas vão se consolidando de maneira acentuada e livres de maiores contrapontos ao chegarem na educação. O trabalho, pode representar para o magistério duas realidades: - aumentar sua compreensão sobre seu papel profissional ao assumir-se enquanto trabalhador. Trabalhador da educação, trabalhador do ensino. Mas, sem dúvida, o professor é um trabalhador. Não pertence à classe burguesa; outra, que pela sua trajetória formativa, pelo acesso que tem a camadas populares e das próprias elites, o professorado engajado como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, tem em seu trabalho um grande potencial para alavancar a resistência dos subalternos do sistema e ajudar a propor novos caminhos para a sociedade brasileira. Não se trata de um utopia ou heroísmo romantizado, mas de uma capacidade pouco explorada, minimamente discutida e fracamente acreditada pelos próprios professores. Mas, haja visto as constantes medidas políticas, jurídicas e ideológicas para neutralizar os professores (formações aligeiradas e de baixa qualidade, precarização, intensificação, leis de limitação do que ele pode trabalhar em sala, desvalorização que afasta cada vez mais os jovens do magistério, terceirizações, contratações precárias, etc.), vemos que as classes que mantêm a hegemonia do poder não estão alheias nem sublevam a figura dos docentes, que se apresenta como espectro ameaçador se despertarem para seu poderio revolucionário.

O reconhecimento da docência como atividade profissional que merece uma carreira sólida e valorizada, deve ser pensada desde uma formação inicial embasada pela epistemologia da práxis (que trate teoria e prática como unidades indissociáveis) e corpo próprio de técnicas e metodologias voltadas para a coletividade. É preciso que as instituições formadoras e as organizações representativas dos professores ajam no sentido de ampliar esse debate e que os professores em atuação possam ser levados em consideração e organizados cada vez mais para a árdua tarefa de se revolucionar a educação e a sociedade brasileiras, no que o trabalho docente ocupará sempre um lugar de destaque.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária – 2018. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento->

1/orcamento-cidadao/apresentacao>. Acesso em 12 de maio de 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luis. Carlos; SPINK, Peter. (Org.) Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2010.

GARCIA, M. M. A.; HYPOLITO, A. M.; VIEIRA, J. S. As identidades docentes como fabricação da docência. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a04v31n1.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2018.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. [Tradução de Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HYPOLITO, A. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. Revista Educação: Teoria e Prática. Rio Claro, v. 21, n. 38, p.59-78, out/nov, São Paulo: 2011. Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/issue/view/869>>. Acesso em 12 de maio de 2018.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.